

## Relatório de Atividades 2017

*Manoel  
de Fontinha  
José  
de Almeida  
31/3/18*

Aquando da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2017 ficou presente a interrogação de sempre: *"Neste mundo de mudança acelerada, atenta a nossa permanente preocupação de conseguir ser um contributo positivo à população a quem destinamos as nossas respostas sociais, será o ano que se avizinha – 2017 - um ano tranquilo, um ano bom para o Centro Social do Pego?"*

Hoje podemos confirmar que tudo fizemos para que a realidade da instituição fosse desenvolvida em clima de sustentabilidade, harmonia e bem estar social.

Enfrentámos o exercício do ano perante a realidade que temos e somos, nomeadamente:

Os nossos atuais e potenciais utentes, do que são as suas condições económicas e sociais;

Os apoios do próprio Estado em relação às respostas sociais que temos com acordo de cooperação;

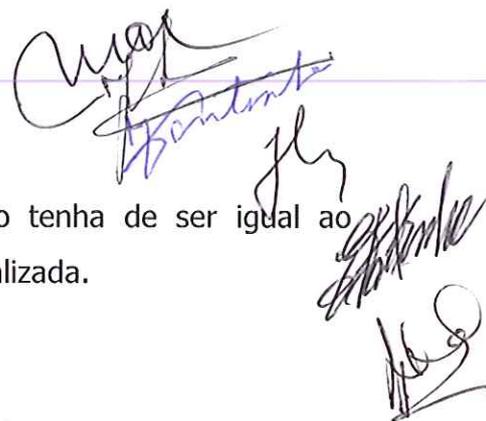
O esforço financeiro com o serviço da dívida contraída para realização da obra do Lar;

As competências instaladas na instituição;

E também o reconhecimento da sociedade, entidades públicas, pessoas individuais e pessoas coletivas particulares, as quais constatando o trabalho desenvolvido por este Centro Social nos concederam o seu apoio solidário, o que é sempre bom e nos cumpre enaltecer e agradecer. Apoio esse, devemos desde já assinalar por ser de valor significativo, que é fator algo diferenciador nos resultados contabilísticos e financeiros atingidos.

E é ainda mais importante assinalar este facto porque os valores decorrentes da comparticipação do Estado adicionados às mensalidades dos utentes, são insuficientes para garantir a plenitude do funcionamento de todas as respostas sociais.

Seria bom que todos pudessem encarar devidamente os dias difíceis com que a instituição se debate para honrar os seus compromissos, o ter de suportar uma estrutura desta dimensão, quando o número de utentes em algumas das respostas sociais fica manifestamente à quem do que estava convencionado e ser-lhe exigido



que o quadro de pessoal e o suporte do funcionamento tenha de ser igual ao necessário e estipulado para a plenitude licenciada/contratualizada.

Enunciando as grandes linhas da intervenção havida:

Nas respostas sociais "Creche" e "Jardim-de-infância" o horário de funcionamento foi o da prática habitual, entre as 7,30 e as 19,30 horas.

Os meios e as competências instaladas voltaram a concretizar um desempenho de serviço de muito bom nível, facto igualmente reconhecido e manifestado expressamente pelas famílias.

Na Creche, a frequência de Janeiro a Julho foi na plenitude da ocupação, 35, e a média anual de frequências foi de 34, consequência da quebra no mês de Agosto, mês tradicional das férias letivas, e a partir do qual se opera a mudança de escalão que acompanha o "ano letivo". Todavia, em Novembro e Dezembro já eram 34 as crianças utentes desta resposta social, sendo de registar que na presente data está já ocupada na totalidade.

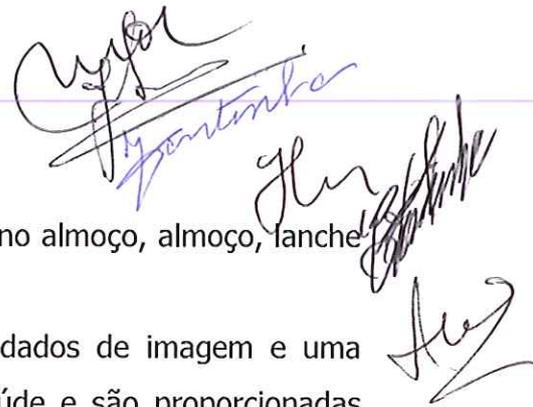
O Centro de Dia e o Apoio Domiciliário continuaram com a capacidade instalada do Centro de Dia a prestar apoios de qualidade à população que deles foi utente.

E deve continuar a assinalar-se que a generalidade dos nossos utentes destas duas valências são pessoas altamente dependentes e de magros rendimentos, o que para responder com a qualidade que exigimos e merecem, enquanto pessoas, gera constrangimentos significativos nos resultados da exploração.

E também por isso, é bom que se observe o regular funcionamento do Centro de Dia:

O funcionamento foi de 2ª feira a sábado, excluindo feriados;

Os utentes são, em cada dia, recolhidos de manhã nas suas casas e transportados ao Centro, acontecendo o inverso no final do dia, e este serviço é realizado com viaturas compatíveis com a capacidade motora dos utentes, designadamente para aqueles que necessitam do uso de cadeira de rodas;



No plano das refeições, o Centro de Dia proporciona pequeno almoço, almoço, lanche e jantar.

São prestados todos os cuidados de higiene pessoal, cuidados de imagem e uma especial atenção e acompanhamento nas questões da saúde e são proporcionadas atividades lúdicas, direcionadas, compatíveis com a realidade dos nossos utentes.

Não obstante, a frequência desta resposta social foi e é manifestamente insuficiente. E não é por não haver procura, pois em 2017 em que a frequência média verificada foi de 11,42, entraram 9 novos utentes, sendo registada a saída de 7.

As condições de saúde associada à elevada idade de cada um deles são determinantes na "rotação" verificada.

A verdade que por todos deveria ser considerada é de que a generalidade de quem nos procura em Centro de Dia é muito mais como se de uma unidade de saúde se tratasse do que para aquilo que os "Centro de Dia" foram concebidos.

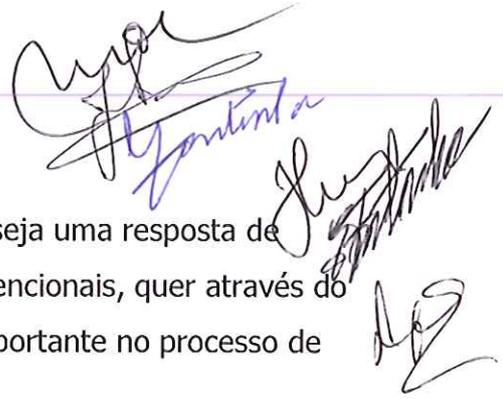
Inerentemente, também e como os custos ocorridos bem evidenciam, a comparticipação em vigor no âmbito dos acordos de cooperação é manifestamente desajustado.

Há a registar ainda que no final do ano, a Segurança Social, perante as baixas frequências ocorridas promoveu a alteração do acordo de cooperação.

No Serviço de Apoio Domiciliário continuámos o habitual serviço prestado.

Registaram-se 11 novas entradas, 10 saídas e 2 pedidos para suspensão contratual, nos termos previstos no regulamento interno. A média de frequências foi de 29.

Também nos serviços contratualizados podemos afirmar que existe uma adequação entre a necessidade e a oferta uma vez que, mantivemos elevados números de serviços prestados num total de 13.465, sendo de destacar de entre os ocorridos com mais frequência os de Alimentação, Higiene Pessoal, Mudança de Fralda, Tratamento de Roupas, Limpeza Habitacional e Cuidados de Imagem.



Importa ainda referir que tudo tem sido feito para que esta seja uma resposta de proximidade, quer através dos serviços prestados mais convencionais, quer através do acompanhamento psicossocial, pois este é também parte importante no processo de qualidade e acompanhamento dos utentes.

Na "ERPI – Estrutura residencial para Idosos", a mais nova resposta social, conseguimos como planeado garantir níveis de muito boa qualidade, em obediência aos normativos aplicáveis e no enquadramento de qualidade que queremos seja diferenciador pela positiva, fator que também tem merecido reconhecimento da generalidade da população.

As camas de que a infraestrutura dispõe – 68 no total, somente (46+11) são comparticipadas pela Segurança Social, 46 (quarenta e seis) comparticipadas no regime normal, mais 11 (onze) reservadas pela Segurança Social – estiveram preenchidas na totalidade, sendo de referir que cerca de 70% dos utentes têm idade superior a 88 (oitenta e oito) anos.

Não podemos, ainda, deixar de referir que continuamos com o registo de uma significativa lista de espera, toda ela preenchida por pessoas desta nossa "região regulamentar", isto é, da nossa freguesia e concelho de Abrantes. São, na sua esmagadora maioria pessoas de débeis rendimentos e quase sempre, mais do que serem idosos, são doentes.

Também por isso, há que continuar a evidenciar a quem de direito esta realidade, por forma a que também dentro das disponibilidades orçamentais próprias seja reconhecida a necessidade de atender à situação e podermos responder/satisfazer melhor quem necessita desta nossa resposta social.

No plano das atividades da ocupação e animação, algumas serão transversais a todas as respostas sociais, e em algumas delas, específicas, para além da junção dos utentes do Apoio Domiciliário, continuámos a apostar no envolvimento das famílias,

assumindo nesse pormenor ponto alto as realizações em tempo de Natal e, no caso da Creche e Jardim de Infância, também no final do “ano escolar”.

Nos outros domínios de intervenção continuámos a assumir a nossa responsabilidade para com a sociedade envolvente.

Também por isso o número de associados continuou a crescer.

No capítulo de investimento em imobilizado, procedemos à aquisição e manutenção de algum equipamento móvel que nos é indispensável ao normal funcionamento das respostas sociais em atividade.

No que às obras e equipamento necessárias à reestruturação da cozinha e seu funcionamento, bem como ao restante incluído na candidatura aprovada em sede do FRSS (Fundo de Reestruturação do Setor Solidário), a complexidade do desenvolvimento do processo não nos permitiu ainda o seu desenvolvimento.

### **Apreciando as contas do exercício,**

No capítulo da despesa:

a obrigação imposta de um significativo aumento de pessoal de mais qualificação no quadro de pessoal, bem como o aumento do rendimento mínimo garantido, vulgo ordenado mínimo nacional, aumento que se fez sentir numa notória percentagem dos trabalhadores ao serviço – o que é revelador de não ser elevado o nível remuneratório do setor - acréscimo de despesa a que verdadeiramente não houve contrapartida compensatória, determinou crescimento de vulto nesta rubrica.

No capítulo da Receita:

Os subsídios à exploração foram os decorrentes dos acordos de cooperação e os do apoio ao fomento do emprego.

Importa referir que o valor deste último apoio reduziu e é substancialmente inferior ao do ano transato, porque o número de pessoas empregadas e a empregar não pode ser ilimitado e foi o compatível com as necessidades.

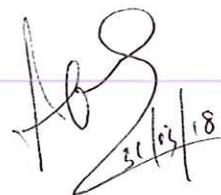
No entanto não deixa de ser merecedor de alguma reflexão que a prática desta casa, esta nossa prática de transformar desempregados de longa duração em efetivos empregados que os cerca de noventa trabalhadores nesta situação bem ilustra e que insistimos ser uma obrigação social, não tem tido, na generalidade e após o da concretização contratual, outro reconhecimento.

Por isso, lembramo-nos que para além do crescimento dos salários que têm de ser suportados, sem que até ao momento haja as correspondentes participações, também vai longe o tempo em que as instituições de solidariedade social eram merecedoras de regime especial nos encargos próprios a suportar para com a Segurança Social inerentes à massa salarial respetiva.

Da receita efetuada, evidenciamos e agradecemos ainda o apoio recebido pela via do mecenato, o qual para além de significado financeiro é um reconhecimento e incentivo à continuação do trabalho solidário que aqui se desenvolve em prol do bem-estar da nossa população. Uma verdadeira atitude de responsabilidade social.

Para o relativo equilíbrio conseguido não podemos deixar de mencionar o que de controlo de gestão se foi conseguindo, promovendo a poupança, minimizando os custos, "atacando" os desperdícios e eventuais gastos supérfluos, de que as respetivas rubricas dos gastos nos dão nota.

E fruto de todo o trabalho, para além do bom nível de serviços prestados, reconhecimento que é também sentimento generalizado e expresso pela nossa população, para além do pagamento do serviço da dívida contratada, pudemos reduzir o "passivo não corrente", isto é, as dívidas/empréstimos de médio/longo prazo em 134.988.28 €.

  
31/03/18

O Resultado obtido (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, com juros obtidos e juros e gastos similares suportados) **foi positivo em 70.689,87€** (71.763,41+1.000,00-2.073,54).

Todavia, o efeito dos "gastos" de depreciação e de amortização inerentes ao elevado imobilizado de que o Centro Social do Pego - no montante contabilizado de 92.243,84€ - determinou um resultado negativo do exercício com **-21.553.97€**.

Temos consciência que o que conseguimos levar a efeito é fruto de um "envolvimento" significativo da sociedade a quem servimos.

Por isso, a todos aqueles, pessoas individuais e colectivas, que tornaram possível este desempenho, bem como ao pessoal que empenhadamente no dia a dia da instituição vai assegurando a normalidade do seu funcionamento, o nosso agradecimento.

Aos restantes elementos dos Corpos Sociais, agradecemos também todo o apoio, incentivo e acompanhamento que nos têm dado e reafirmamos que a Direcção continua especialmente empenhada em cumprir os objectivos traçados.

Pego, 13 de Março de 2018

A Direcção

